

CONFERÊNCIA II FÓRUM DE FISCALIDADE

Orçamento é instrumento para o combate à fraude e evasão fiscal

Na proposta de Orçamento do Estado para 2012, o Governo avança com medidas fiscais que visam o combate à evasão e a fraude fiscal.

Sónia Santos Pereira

sonia.pereira@economico.pt

O combate à fraude e evasão fiscal é um dos princípios que norteiam a proposta de Orçamento do Estado para 2012. “O Governo será implacável no combate” a este crime, frisou ontem Paulo Nuncio, secretário de Estado dos Assuntos Fiscais no II Fórum de Fiscalidade, evento promovido pela Ordem dos Técnicos e Oficiais de Contas e pelo Diário Económico, e que teve lugar no Porto. E para isso “está a ser preparado um plano estratégico para 2012/13”.

Paulo Nuncio avançou que ao nível da fraude e evasão fiscal “o plano penal sofre um agravamento significativo, com o aumento da moldura penal ao nível da fraude fiscal, da burla tributária”, entre outros crimes, de forma a dissuadir os cidadãos a praticarem delitos desta natureza.

A nível fiscal e também no âmbito do combate à fraude e evasão fiscal, o Governo propõe que se estendam os prazos de caducidade das dívidas fiscais e, em simultâneo, o alargamento das regras de transparência fiscal internacionais. Os capitais derivados de países com fiscalidade mais favorecidas vão também passar a ter uma taxa fiscal agravada.

Mas, salientou Paulo Nuncio, “este combate à evasão e fraude fiscal não pode ser só pela via legislativa”. Por isso, vão ser reforçados os efectivos para o controlo destes crimes, de forma a “que ascendam a 30% dos efectivos totais da administração tributária”. Serão também revistas as convenções com Hong Kong, Panamá e os acordos com o Luxemburgo. Para envolver todos os cidadãos neste combate, o OE/12 prevê a utilização da factura electrónica e a dedução de 5% de despesas em sede de IRS.

Orçamento duro e exigente

Paulo Nuncio frisou que a proposta do OE/12 está “indissociavelmente associada aos desafios que Portugal enfrenta”, reconhecendo que é “dura e exigente, mas é a via inevitável”. É uma proposta “frontalmente



Paulo Nuncio
Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

A proposta do OE/12 está “indissociavelmente associada aos desafios que Portugal enfrenta”, é “dura e exigente, mas é a via inevitável”.



Manuel dos Santos
Presidente da AG da OTOC

O prazo proposto pela ‘troika’ para a consolidação da economia não é exequível. “Temos que renegociar”, mas nunca no sentido do perdão da dívida.



António Carlos dos Santos
Fiscalista

“O alargamento do período de laboração dos trabalhadores é um novo imposto em espécie”, disse. E recordou que “o Estado deve abster-se desta prática”.

condicionada” pelo acordo com a ‘troika’ – 90% das medidas correspondem a compromissos assumidos com a ‘troika’ –, particularmente focada “na consolidação dos custos”, adiantou.

Na sua opinião, “só com finanças públicas consolidadas será possível relançar a economia”, pois “Portugal acumulou, em mais de uma década, níveis de despesa e endividamento in comportáveis”. Paulo Nuncio realçou ainda que “Portugal encontra-se confrontado com um conjunto de obrigações e metas” e a proposta de OE reflecte essas obrigações.

Segundo Paulo Nuncio, o OE representa um esforço do lado da despesa, mas também da receita. Do lado da receita, Paulo Nuncio destacou as medidas de alargamento da base tributária, o esforço no combate à fraude e evasão fiscal e as propostas para a competitividade da economia.

Ao nível do alargamento da base tributária, com as alterações propostas em sede de IRS, IRC, IVA, IMI, Paulo Nuncio frisou que o Governo optou pela “redução de benefícios fiscais em detrimento do aumento de impostos”, recordando as alterações preconizadas para 2012 no que se refere à redução das deduções com saúde ou imóveis. Na questão dos impostos sobre rendimentos, Paulo Nuncio frisou ainda que o “Governo teve especial atenção ao princípio da equidade”, procurando proteger as famílias com menos rendimentos. E exemplificou com a manutenção da taxa mínima do IVA nos artigos essenciais que compõem o cabaz alimentar, os medicamentos ou os transportes. Já os produtos de luxo vão sofrer um agravamento da tributação, assim como as empresas com lucros mais elevados.

No que se refere à competitividade das empresas, Paulo Nuncio recordou a intenção de criar um programa para o sector exportador, a manutenção da taxa de IVA reduzida para o sector hoteleiro ou a consolidação do regime fiscal das SGPS. ■

FACTOS RELEVANTES

● Na proposta de Orçamento de Estado para 2012, 90% das medidas correspondem a compromissos com a ‘troika’.

● Do lado da receita, o documento incide no alargamento da base tributária e no esforço ao combate à fraude e evasão fiscal.

● Na proposta, o Governo procurou dar especial atenção ao princípio da equidade.

● Procurar pela via fiscal dar competitividade às empresas é outro dos objectivos. A criação de um programa para o sector exportador é um exemplo.



Política fiscal

Manuel dos Santos quer renegociar prazo do empréstimo

António Freitas de Sousa
antonio.sousa@economico.pt

A política fiscal comum da União Europeia pode “sustentar a consolidação fiscal” e, mais importante ainda em tempos de crise, contribuir “para o crescimento da economia”, defendeu o Comissário Europeu para a Fiscalidade e União Aduaneira, Auditoria e Luta contra a Fraude, Algirdas Semeta, no II Fórum de Fiscalidade. A questão é: como se consegue?

Para Algirdas Semeta explicou como. Em primeiro lugar, “a política fiscal deve impulsionar a criação de um ambiente favorável no mercado único”, servindo de es-

PONTOS-CHAVE

▶ O secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Paulo Núnzio, destacou que a proposta do Orçamento para 2012 está condicionada pelo acordo com a Troika.

▶ Paulo Núnzio afirmou que "o Governo será implacável no combate à fraude e evasão fiscal" e que "este combate não pode ser só feito pela via legislativa".

▶ Comissário Europeu Algirdas Semeta não quer países europeus a concorrer na área fiscal. Concorrência não é boa para a envolvente e para os negócios na União Europeia.

Bruno Barbosa

A proposta de Orçamento do Estado para 2012 foi o ponto mais debatido neste II Fórum Fiscalidade, que decorreu ontem no Porto, perante uma assistência superior a 400 pessoas.



pode consolidar recuperação económica da UE

teio à multiplicação de negócios na União, e favorecendo a captação de capitais externos. Em segundo lugar, os esforços de consolidação de cada país "não devem ser colocados em risco com uma concorrência fiscal prejudicial na União Europeia". Isto é, cada país deve esforçar-se por convergir com práticas fiscais comuns, ao invés de optarem por políticas concorrenciais.

Por outro lado, o Comissário afirmou que "os actuais desafios económicos exigem uma política fiscal que dê prioridade ao crescimento harmonioso das fontes de tributação", pelo que é importante que o edifício fiscal permaneça "simples e fácil de operar". Neste ponto, Portugal pode queixar-se amargamente: nos últimos dez



Algirdas Semeta
Comissário Europeu

"A qualidade da política fiscal envolve coordenação e cooperação ao nível da União Europeia", disse, para enfatizar que nenhum país vence sozinho.

anos, a lei geral da tributação sofreu quase três mil alterações (segundo afirmou mais tarde o fiscalista António Carlos dos Santos), transformando-a num monstro sem controlo. "Eficiência e neutralidade" são, para Algirdas Semeta, as palavras-chave.

O papel da União Europeia na criação conjunta de um ambiente favorável a uma política fiscal atractiva é, para aquele responsável, imprescindível. "Criando propostas para garantir condições de concorrência equitativas no mercado único. Isto permitirá aos estados-membros encontrarem espaço para mudanças" na base tributável. É o caso, disse, "da revisão da directiva relativa à tributação da energia e a tributação das operações financeiras".

Mas Algirdas Semeta não se esqueceu de enunciar outro princípio fundamental: "disposições discriminatórias contra qualquer residente ou não-residente devem ser eliminadas" da política fiscal de todos os países da União.

É preciso renegociar

Entretanto, Manuel dos Santos, presidente da Assembleia da OTOC, referiria mais tarde que "a União Europeia toma decisões a destempo", tendo dado como exemplo a recapitalização da banca, a alavancagem do apoio financeiro e o perdão de parte da dívida grega, decidida na passada quarta-feira à noite. Mas o ex-vice-presidente do Parlamento Europeu preferiu derivar a sua intervenção para o Orçamento de Esta-

do, documento que considerou "pouco realista, pouco transparente e não equitativo". E acabaria por apontar o principal problema do documento: "as reformas estruturais exigem mais despesa", por isso a carga fiscal vai continuar a subir. Por uma razão simples: a maioria da despesa está indexada, não sendo por isso passível de cortes.

Esta equação sem solução leva Manuel dos Santos, a considerar que "não é aceitável que a consolidação" do país tenha como horizonte temporal o ano de 2013. "Temos que renegociar as condições do empréstimo", afirmou, mesmo que essa renegociação deva incidir apenas "sobre os prazos e nunca sobre um eventual perdão da dívida". ■

CONFERÊNCIA II FÓRUM DE FISCALIDADE

Gestores públicos devem ser responsabilizados

Falta no Orçamento uma mensagem de esperança, afirma Domingues de Azevedo.

António Freitas de Sousa
antonio.sousa@economico.pt

O Governo devia preocupar-se em dar uma indicação clara de que não voltará a permitir a formação de défice oculto – mais conhecido pela designação de ‘buracos financeiros’ – através da responsabilização dos gestores públicos pelas suas más opções estratégicas. A sugestão, avançada por Domingues de Azevedo, bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) no âmbito do II Fórum de Fiscalidade, permitiria estancar uma prática que transmite aos portugueses a sensação de “impunidade do desleixo e da irresponsabilidade”, afirmou.

Domingues de Azevedo gostaria de ver o Governo de Passos Coelho a solicitar uma autorização legislativa que permitisse a criação de um quadro legal que promovesse a perseguição judicialmente dos gestores públicos que, por exemplo, se esquecessem de facturas “no pó das gavetas” – criando assim um défi-

ce encoberto cujo crescimento deixa os portugueses todos os dias boquiabertos.

Para aquele responsável, esta medida seria uma forma de combate directo ao défice endémico que persegue as contas públicas desde há várias décadas. Sobre esta questão ‘temporal’, Domingues de Azevedo não quis deixar de frisar – no que foi acompanhado por vários outros participantes no fórum – que a consolidação das contas públicas até 2013, como está prevista no acordo de resgate assumido com a ‘troika’, será praticamente impossível de ser cumprido.

“Não é possível compor 40 anos de desleixo” das contas públicas num prazo de tempo tão curto, pelo que, preconiza o bastonário da OTOC, no final de 2012, terá de ser lançada uma discussão profunda e uma análise desapiedada sobre o tema, sob pena de “não termos morrido da doença, mas podermos morrer da cura”.

Referindo-se mais particularmente ao Orçamento do Estado (OE) para 2012 – documento que está prestes a ser votado na generalidade na Assembleia da República – Domingues de Azevedo – considerou-o “demasiado técnico, devendo ser mais político”. “O OE devia criar esperança” entre os portugueses e não o faz: é um documento que alinha a consubstanciação da crise interna em algarismos mas não vai mais além, afirmou. Este facto, para além de “criar uma repulsa pelo documento”, disse, “não transmite a mensagem de que algo vai mudar profundamente”.

E é como resultado dessa repulsa e dessa falta de mensagem que o bastonário encontra alguma justiça – ou pelo menos justificação – nos movimentos dos indignados, que vão proliferando na sociedade.

Do ponto de vista de uma análise mais fina, Domingues de Azevedo considera que a proposta de OE devia ir bem mais longe em termos de tributação dos rendimentos não directamente auferidos pelo trabalho: juros de aplicações e poupanças, dividendos, etc. estão salvaguardados no quadro do documento, numa altura em que é de defender uma repartição mais equitativa do esforço conjunto de resgate das dívidas do País. Nesse quadro, afirmou o bastonário, “os interesses financeiros estão acautelados no OE” que se encontra em discussão. ■ **com S.P.**



Domingues de Azevedo considera que a política fiscal está a perder a componente social. Como em 1963.

“

Não é possível compor 40 anos de desleixo das contas públicas num prazo de tempo tão curto [como o previsto no acordo de resgate com a ‘troika’].

Domingues de Azevedo
Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

Cortes dos subsídios na Função Pública podem ser permanentes

A decisão de cortar o pagamento dos 13º e 14º meses aos trabalhadores da Função Pública pode vir a transformar-se numa medida permanente e não meramente conjuntural, como é neste apresentada pelo Governo. António Carlos dos Santos, fiscalista e ex-secretário de Estado de António Guterres, afirmou que a medida não está inscrita no Orçamento de Estado como transitória – nesse quadro está apenas a transferência dos fundos de

penções para o capítulo dos activos. Aquele responsável referiu ainda uma questão que disse não entender como não está ainda na ordem do dia: o não pagamento dos 13º e 14º meses aos trabalhadores do Estado “é um aumento de competitividade do sector Estado face aos privados”; o que, acrescentou, fará com que os privados possam vir a querer usufruir do mesmo mecanismo. “Espero que essa matéria seja discutida em sede da

concertação social” ao invés de ser imposta unilateralmente aos trabalhadores do sector privado. António Carlos dos Santos disse ainda que o Governo não tem nas suas mãos as ferramentas para afirmar que o cumprimento do acordo de resgate assinado com a ‘troika’ será suficiente para fazer o País regressar aos mercados externos de financiamento em condições aceitáveis – que é o mesmo que dizer, com juros não exorbitantes. **AFS**



ID: 38242148

28-10-2011

Observatório de Fiscalidade atraiu mais de 450 pessoas

O II Fórum de Fiscalidade, organizado no Porto numa parceria entre a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) e o Diário Económico, contou com a presença de mais de 450 especialistas, que esgotaram a lotação da sala. A participação maciça explica-se pela presença entre os oradores do secretário de Estados dos Assuntos Fiscais, Paulo Núncio, e do Comissário Europeu Algirdas Semeta; mas também pela importância do tema, numa altura em que o Orçamento do Estado para 2012 está prestes a ser votado na generalidade. Domingues de Azevedo recordou, a propósito, a intenção de criar um Observatório de Fiscalidade, que de alguma forma se constitua como um foro de aconselhamento do poder político, mas também de debate entre os técnicos inscritos na OTOC.



1 Os participantes no II fórum Fiscalidade que decorreu no Hotel Sheraton no Porto aproveitaram a pausa do café para fazer 'networking'; 2 [da esq. para a dir.] Joao Carlos Jorge, ex-representante dos órgãos sociais da OTOC, Lopes Pereira, presidente de Controle de Qualidade da OTOC, António Cerqueira, vogal do conselho fiscal da OTOC e Clotilde Palma, do grupo de Estudos da OTOC; 3 Manuel Calvão Pires, TOC e ROC (à esq.), José Silva Fernandes, TOC (centro) e Joaquim José Araujo, TOC. 4 Antonio Sarmendo Beires, Gestor, Sandra Marina Martins, estudante (ao centro) e Conceição Sousa Geudes, TOC. 5 Caria Cardoso, TOC (à esq.) e Ana Relvas, TOC. 6 Domingos Queiroz Martins, TOC e Filomena Moreira, directora da OTC.

